

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE MARABÁ**

**RESGATE DO PROCESSO EDUCACIONAL
DO MUNICÍPIO DE ABEL FIGUEIREDO
DA DÉCADA DE SETENTA AOS DIAS ATUAIS**

**FILEMON ALVES FILHO
LIONE FERREIRA DOS SANTOS
SÔNIA MARIA SILVA**

UFFa - CMB - Biblioteca
Data: 10/12/03
Registro: 308 / 2003
Origem: 2
370

UFFa - CMB - Biblioteca
PEDAGOGIA
ETIQUETA Nº189

MARABÁ - 1995.

x

okR

**RESGATE DO PROCESSO EDUCACIONAL DO
MUNICÍPIO DE ABEL FIGUEIREDO -
DA DÉCADA DE SETENTA
AOS DIAS ATUAIS**

**Marabá - Pará
1995**

SSBI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE PEDAGOGIA

RESGATE DO PROCESSO EDUCACIONAL
DO MUNICÍPIO DE ABEL FIGUEIREDO-
DA DÉCADA DE SETENTA
AOS DIAS ATUAIS

Origem: CMH - Biblioteca
Data: 04/11/2002
Registro: 096 12002
Outros: 379

Autores:

**Filemon Alves Filho
Lione Ferreira dos Santos
Sônia Maria Silva**

UNIFESSPA
BIBLIOTECA JOSINEIDE IWARES

**Marabá-Pará
1995**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para
obtenção do grau de Licenciatura
Plena em Pedagogia.**

**Orientador:
Prof. Carlos Henrique Lopes Souza**

**Marabá-Pará
1995**

“Enquanto os ‘grandes debates’, e os ‘seminários revolucionários’ permanecerem dentro da escola, cada vez mais isolada dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá uma educação libertadora. Compreendendo esta estratégia, o professorado brasileiro invade hoje as ruas, sai da escola, lutando por melhores condições de ensino e de salário, certo de que, assim fazendo, está também fortalecendo a categoria e transformando a sociedade civil numa sociedade mais resistente à dominação.”

Freire, Paulo

Aos nossos familiares
Ao Prof. Orientador Carlos Henrique
Aos professores, pais e alunos de Abel
Figueiredo
A todos que contribuíram direta ou
indiretamente para que este Trabalho
se realizasse.

SUMÁRIO

1 - Apresentação	07
2 - Introdução	08
3 - Histórico	10
4 - Da Escola de Pau-a-Pique...	16
5 - ...À Escola Pós 1978	22
6 - A Educação de Abel Figueiredo após a Emancipação	27
7 - Considerações Finais	32
8 - Anexos	35
8.1- Propostas e Metas para o Plano Decenal de Educação para Todos e por Todos de Abel Figueiredo	
8.2 - Modelo de questionário para entrevista com pais de Abel Figueiredo	
8.3 - Modelo de questionário para entrevista com alunos de Abel Figueiredo	
8.4 - Modelo de questionário para entrevista com professores das escolas de Abel Figueiredo	
8.5 - Modelo de questionário para entrevista com diretores das escolas de Abel Figueiredo	
8.6 - Lista das pessoas entrevistadas	
9 - Referências Bibliográficas	44
10 - Glossário	46

APRESENTAÇÃO

O trabalho que hora apresentamos é fruto de um esforço coletivo da Equipe que, ao concluir o Curso de Pedagogia, optou por desenvolver o tema “ **O RESGATE DA EDUCAÇÃO EM ABEL FIGUEIREDO - DA DÉCADA DE 70 AOS NOSSOS DIAS.**”

O Brasil tem mostrado o lado mais perverso a que se pode chegar um país. São milhões de brasileiros vivendo numa condição de não cidadania. São 4,6 milhões de sem terra; 40 milhões de analfabetos. Se não bastasse tudo isso, aumenta-se a pressão sobre as Universidades no sentido de privatizá-las.

Durante o tempo que passamos pesquisando, entrevistando os moradores de Abel Figueiredo e analisando os dados coletados pudemos observar que, apesar do descaso em relação ao pagamento de um salário digno para o professor, a falta de uma política séria que priorize a formação e a qualificação dos profissionais da educação, ainda existem docentes que acreditam na educação como uma ferramenta e fazem dela um instrumento de combate á alienação e a submissão.

Abel Figueiredo é um município pequeno, se analisarmos do ponto de vista geográfico. Situado no Sudeste do Pará, dista da capital do Estado, aproximadamente 600 quilômetros, mas de uma riqueza imensa no aspecto educacional. Essa riqueza está relacionada à vida dos moradores, vindos de várias regiões do Brasil e, conseqüentemente, mesclou a Vila de costumes populares como: crenças, religiões, folclore etc. Objetivando uma maior ligação entre o processo educacional e os costumes populares, ressaltamos o esforço e a disposição dos professores em se reciclarem de forma individualizada, pois não dispõem de meios que os possibilitem ter uma discussão mais ampla acerca das questões acima mencionadas. “Aqui em Abel Figueiredo faz-se o que pode.” (Zenólia Leite - professora).

A Equipe

Marabá, outubro de 1995.

INTRODUÇÃO

Para o nosso Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, optamos resgatar o Processo Educacional de Abel Figueiredo a partir da década de setenta, época em que aqui chegamos e vivenciamos a problemática que ocorreu em torno do assunto.

Foi para nós um desafio que configurou-se no desejo de deixar alguma coisa escrita, para que as gerações mais novas pudessem ter conhecimento das dificuldades enfrentadas por um vilarejo que quer firmar-se através da educação, visando garantir a permanência dos moradores.

Procuramos discorrer sobre o Tema desde que a educação era ministrada em casa de pau-a-pique, passando pela construção das escolas de alvenaria até a educação após a emancipação da Vila.

Contamos com a colaboração dos moradores mais antigos que deram-nos informações valiosas para realizarmos este que nós consideramos ser um documento importante, dado o seu caráter original.

Fomos testemunhas e sujeitos ao mesmo tempo das condições precárias em que funcionava a educação, tanto no que diz respeito à carência de recursos humanos quanto ao descaso por parte das autoridades competentes em implantar uma política educacional que revertesse em benefícios ao profissional da educação para atuar de modo consciente e eficaz na preparação de indivíduos capazes de transformar a sociedade na qual estão inseridos. Para elas a educação se resume tão somente em construção de prédios que reúna uma grande quantidade de crianças para aprender a ler e a escrever, sem levar em

consideração a situação sócio-econômica de cada um, que interfere de maneira decisiva na aprendizagem do educando.

A educação em Abel Figueiredo tem melhorado significativamente após a emancipação, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC - tem cuidado para que nenhuma criança em idade escolar fique fora da sala de aula. Assim, ante esta especificidade acreditamos que seria necessário um registro para que se possa identificar a educação de Abel Figueiredo como um instrumento que visa a melhoria da população.

Para a realização deste trabalho deparamo-nos com várias dificuldades por não haver literatura que verse sobre o assunto, como também, por não haver uma preocupação em registrar nos anais das escolas dados sobre o processo educacional da Vila. Neste sentido, foi preciso contar com a colaboração de moradores de Abel Figueiredo: professores, alunos, pais de alunos, vereadores, diretores de escolas, que se dispuseram a responder questões, cujas respostas subsidiaram o nosso trabalho.

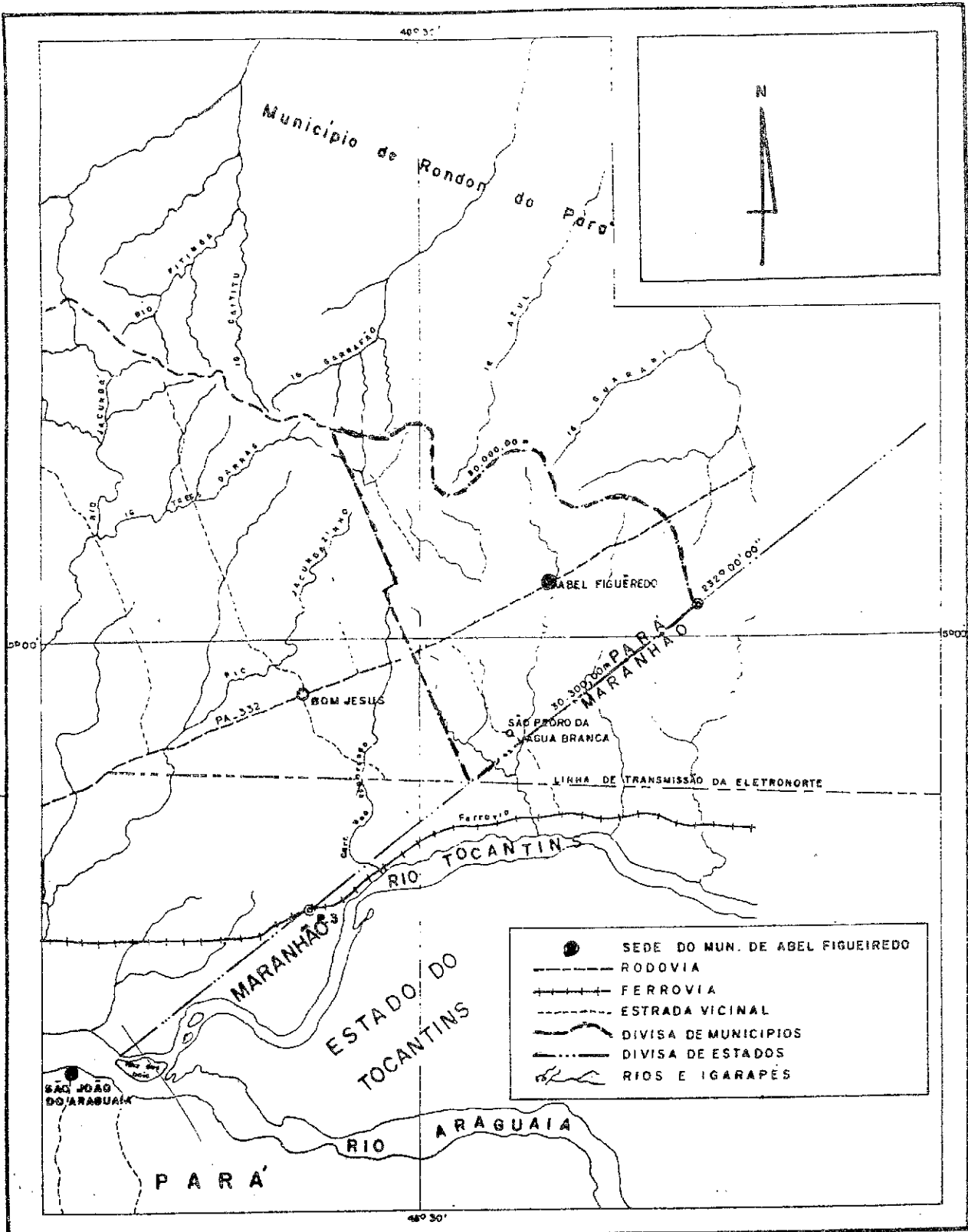
HISTÓRICO

O Município de Abel Figueiredo abrange, hoje, uma área de 6.231 quilômetros quadrados e possui, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde - FNS - uma população de, aproximadamente, 6 mil habitantes, sendo 4.125 da zona urbana e 1.875 pertencentes a zona rural.

Abel Figueiredo limita-se a Norte, Nordeste e Noroeste, com Rondon do Pará; a Leste, Sudeste e Sul, com o Estado do Maranhão e a Sudoeste e Oeste, com Bom Jesus do Tocantins (ver mapa em anexo). O surgimento de Abel Figueiredo se dá a partir do momento em que a Rodovia PA 70, hoje BR 222, foi construída, com finalidade de ligar a Rodovia Belém-Brasília à cidade de Marabá, como também propiciar o acesso à Transamazônica, cujo objetivo do Governo Federal era interligar a região Norte às outras regiões do País.

No final da década de setenta, época em que o Povoado começa a ser delineado, com alguns casebres surgindo às margens da Rodovia PA 70, não se conseguia vislumbrar uma perspectiva de melhoria do vilarejo, principalmente porque Abel Figueiredo pertencia ao Município de São João do Araguaia e a este não compensava investir em um povoado que não lhe desse retorno financeiro.

A partir da década de setenta o povoado começa a se expandir em termos de população, formada principalmente de migrantes maranhenses, capixaba, baianos e mineiros que, influenciados pela propaganda do Governo Federal - "Terra sem homens para homens sem terra." - aqui chegaram para receberem sua parte de terra pensando, assim, deixarem a condição de peão agregado (1) nas fazendas do Nordeste para serem donos de suas próprias terras.



MUNICÍPIO DE ABEL FIGUEIREDO

SUDESTE DO PARÁ

AREA	ESCALA: 1 / 500.000	DATA: 07 / 08 / 92	DES. Vitoria	FONTE Ext.de Meireles TCC = 1992
------	------------------------	-----------------------	-----------------	--

Esta propaganda tinha como pano de fundo aliviar as tensões e os conflitos agrários existentes nas regiões Nordeste e Centro Sul do País, razão pela qual eram oferecidas diversas vantagens àqueles que se dispusessem a vir para a região Norte. As vantagens oferecidas eram: doação de lotes, casa de morada, máquina de costura e uma certa quantia em dinheiro, para que o futuro colono pudesse trabalhar a terra e dela produzir o seu sustento, isto atraiu milhares de famílias vindas das mais longínquas regiões. Fato que pudemos perceber nas entrevistas realizadas com moradores de Abel Figueiredo.

Entretanto, a falta de uma política eficaz que atendesse realmente aos interesses dos colonos, contribuiu para que essa famílias, ao enfrentar inúmeras dificuldades, como doenças (malária, hepatite, etc), difícil acesso às principais vias de comunicação com as cidades mais próximas, abandonassem seus terrenos aglomerando-se às margens das rodovias, surgindo, assim, os pequenos povoados, dentre os quais Abel Figueiredo, foco deste ensaio que, no início da década de setenta, começa a estruturar-se já podendo ser denominado de Povoado de Abel Figueiredo, que dista noventa e dois quilômetros da cidade de Marabá na direção Sul/Norte.

Os imigrantes que deixaram suas terras de origem não foram somente pessoas de baixo poder aquisitivo, dentre eles havia um grande número de famílias ricas, cujo intuito era o de ampliar seu patrimônio, comprando grandes extensões de terras tornando-se latifundiários. Estes eram, na verdade, os maiores beneficiados com os incentivos do Governo como: financiamentos a juros baixos, isenção de impostos etc. Em troca desses benefícios, os latifundiários que, em sua maioria, eram donos de madeireiras ofereciam alguns empregos, construíam estradas vicinais que davam acesso às comunidades interioranas.

A economia do povoado resumia-se apenas na cultura de arroz, que era colhido e vendido às beneficiadoras de Marabá e Imperatriz que encarregavam-se de exportá-lo para outras cidades do Centro Sul do País. Outras culturas como o

milho, o feijão, a mandioca, a banana etc. serviam, tão somente para garantir a subsistência das famílias.

Na primeira metade da década de setenta, além da comercialização do arroz, existia também, a compra e venda de terras que, aos poucos, vai tornando-se um comércio mais lucrativo que movimentava muito dinheiro tendo, inclusive, corretores para este tipo de transação comercial. Sem dúvida que a terra, em se tornando um objeto de compra e venda, vai parar nas mãos daqueles que têm mais dinheiro para comprá-la surgindo então, na região, os primeiros latifundiários que, para conseguirem seu objetivo estavam dispostos a tudo, até mesmo a matarem para obterem a posse da terra. Lutas ferrenhas foram travadas entre posseiros e fazendeiros que tudo faziam para defenderem suas glebas (2) conservando-as intactas, culminando com a morte de milhares de homens.

É neste momento que o povo toma consciência da importância de Abel Figueiredo, devido a sua localização geográfica: entre Marabá e Dom Elizeu, por onde passam diariamente vários caminhões carregados de mercadorias, com destino ao Sul e Sudeste do Pará. Isto facilitou bastante a vida do povo principalmente dos comerciantes que decidiram estabelecer-se no local, pois tinham o produto na sua porta, levando-se em consideração que antes eles saíam para buscá-lo, enfrentando longas distâncias e uma estrada mal estruturada.

Já vislumbrando a melhoria do povoado a população resolve fixar residência às margens da Rodovia PA 70, tomando para si a responsabilidade de reivindicar melhores condições locais. A primeira delas é em relação a escola para atender aos filhos dos moradores, pois com o surgimento do povoado, por volta de 1968, conta apenas, com as escolas particulares que funcionavam nas próprias residências dos professores. Tais reivindicações intensificaram-se com a elevação do povoado à condição de vila, que se concretizou no ano de 1972 com a autorização do então Prefeito de São João do Araguaia, José Martins Ferreira. A partir de então o povoado passou a

chamar-se de Vila Abel Figueiredo, em homenagem ao deputado federal, líder político do Município, que tinha este nome.

Em 1972 inicia-se a construção de uma escola para atender a clientela estudantil que até aquele momento recebia educação em locais desconfortáveis e improvisados, como a Igreja Católica e o depósito de arroz do Sr. Valdir - membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, responsável pela celebrações dos cultos - que uniu-se ao Padre da Paróquia e ao representante da Vila, visando amenizar a problemática educacional.

Como a política educacional da Vila não continha bases sólidas, uma boa parte dessa clientela não foi atendida haja vista que, conforme assinalamos anteriormente, por educação entendia-se tão somente a necessidade de "ler e escrever." A partir do momento que a população mais abastada (fazendeiros, madeireiros) começa a chegar é que realmente a luta por escolas ganha impulso e a Escola Municipal Alacid da Silva Nunes é erguida; composta ela de três salas de aula, funcionando em quatro turnos atende, no ano subsequente à sua inauguração, a 485 alunos (número estimado. Na Secretaria da Escola Municipal Alacid da Silva Nunes, nada consta sobre a quantidade de alunos devidamente matriculados neste ano), número que aumenta a cada ano até a construção da Escola Estadual de 1º grau Prof. Hélio Frota Lima. Com a construção da Escola Estadual este número decresceu, pois ela era procurada pelas pessoas de poder aquisitivo alto, ficando à Escola Municipal as pessoas de poder aquisitivo baixo (carvoeiros, filhos de lavadeiras, filhos de serventes, colonos e outros).

As pessoas de maior poder aquisitivo procuravam a Escola Estadual pelo fato de poderem atender a certas exigências da escola como: cobrança de taxa de caixa escolar, uniforme, lista de material didático etc; já os pais colonos optavam pela Escola Municipal porque lá não se exigia basicamente nada, até da certidão de nascimento era isento, caso o filho não a possuísse.

Com relação aos professores havia também uma certa discriminação: aqueles que não tinham habilitação em magistério lecionavam na Escola Municipal, enquanto que os que tinham o 2º grau ou nível superior lecionavam na Estadual, ou nas duas se assim preferissem. Talvez isto se devesse ao fato de na Escola Municipal funcionar apenas o Ensino Básico (1ª a 4ª séries) e na Escola Estadual haver maior exigência devido ao ensino de 1ª a 8ª séries.

Percebemos que não há uma preocupação dos administradores das escolas com as séries iniciais. Ao professor 'menos capaz' era dada a incumbência de alfabetizar, isto devido ao total despreparo daqueles que são colocados à frente de um trabalho tão relevante somente para cumprir uma promessa de palanque em troca do voto dado. Os professores com nível mais elevado lecionam nas séries mais adiantadas quando sabemos que o desenvolvimento das potencialidades do educando ocorre nas primeiras séries, daí a necessidade de pessoal qualificado, capaz de ensinar não apenas a ler e a escrever, mas orientá-lo para que ele possa descobrir a sua importância na construção do seu próprio conhecimento "... contribuindo para a melhoria da qualidade de vida como cidadão crítico, responsável e participante do desenvolvimento técnico e científico da sociedade." (SEDUC, 1994) É por esta razão que as repetências e evasões se faziam (e ainda se fazem) tão presentes nas estatísticas. *"Tomando-se em conta que a qualidade do professor é o condicionante principal da qualidade educativa da escola, temos aí provavelmente o problema mais crucial do aproveitamento, em termos da influência possível. Certamente muitos alunos da primeira série, acumulam repetências e se evadem precocemente, por conta de professores incapazes."* (Demo, 1993: 44).

Assim o avanço educacional do Município de Abel Figueiredo só vai se configurar a partir do momento em que são construídas as Escolas "Alacid da Silva Nunes" e "Hélio Frota Lima", 1972 e 1978, respectivamente, justamente no período em que a educação brasileira passa por um de seus momentos mais críticos, haja vista a perseguição política aos educadores que

difundiam uma nova concepção de educação e procuravam orientar-se através de uma nova metodologia de trabalho (Romanelli, 1990).

Neste período, alguns professores vindos de outros Estados já lêem Paulo Freire e Piaget são, portanto, conhecedores da linha pedagógica traçada por estes autores. Linha esta que ressalta a importância do aluno no processo ensino-aprendizagem, fazendo com que ele deixe de ser um ser passivo e se torne um ser ativo; linha esta onde a figura do professor que reinou absoluta numa tendência tradicionalista, não mais intimida, pois nesta nova metodologia de trabalho ele atua apenas como mediador da aprendizagem, instigando o educando a refletir, criticar e a construir o seu próprio conhecimento.

Assim, numa iniciativa isolada, os professores experimentam essa nova prática muito mais interessante, porém difícil de ser desenvolvida, pois para os menos comprometidos com a educação a pedagogia tradicional surte maior efeito, uma vez que ela já traz tudo pronto.

DA ESCOLA DE PAU-A-PIQUE...

Para falar sobre a educação de Abel Figueiredo e imprescindível que reportemo-nos ao início quando Abel Figueiredo vai aos poucos tomando a forma de vilarejo. É necessário também explanar um pouco como nasceu a educação na vila. As crianças que chegavam de outras localidades ficavam sem estudar por falta de escolas. O Sr. Raimundo e Dona Arcelina (primeiros moradores da Vila), com intuito de aumentar o orçamento familiar e também a título de colaboração transformaram suas casas em “casa de ler e escrever”.

Por volta do ano de 1968, a Prefeitura de São João do Araguaia assume a educação da vila no que tange à remuneração do professor. É então que a Igreja Católica e o depósito de arroz do Sr. Valdir são transformados em escolas. As casas onde as crianças aprendiam as primeiras letras eram construídas de madeira e barro denominadas de enchimento (3) e cobertas de cavaco (4), isoladas umas das outras, o que para os moradores não dava a idéia de escola.

Para atender a demanda das famílias que fixaram residência em Abel Figueiredo, foi construída uma escola, a qual recebeu o nome de Escola Municipal “Alacid da Silva Nunes”, o que resolveu, em parte, o problema de infra-estrutura não resolvendo, porém, os problemas enfrentados pelos professores, uma vez que estes eram desprovidos de qualquer recurso didático-pedagógico que orientasse seu trabalho.

Com a Vila crescendo em proporções consideráveis no tocante à população, faz-se necessário salientar que até então a educação em Abel Figueiredo não conseguia corresponder às expectativas, tendo em vista que o professor atuava de forma precária, pois era contratado para o exercício do magistério simplesmente porque lia, escrevia e dominava as quatro operações. Era o melhor de que a Vila dispunha. Devemos

lembrar que, a grosso modo, era feita uma sondagem da pessoa a ser contratada no que diz respeito a sua vida pessoal.

O professor, alheio aos acontecimentos externos, como por exemplo, o impacto causado no País pela aplicação da Lei 5.692/71(Santos, 1993), que reformulava o ensino, baseava-se somente em um pacote de conteúdos repassado religiosamente todo bimestre pelo supervisor, que se deslocava de Marabá com este objetivo. Ao professor não era dada nem mesmo condições de discutir se aqueles conteúdos eram ou não aplicáveis à realidade do aluno, ao contrário de hoje que já há uma discussão mais acirrada sobre o assunto.

Por volta de 1974, a clientela estudantil aumenta e fica mais exigente; o conhecimento do professor já não satisfaz mais aos alunos; os pais mais esclarecidos começam a reclamar um maior domínio de conteúdo por parte do professor. Instaura-se, então, a nível de Estado uma política que exigia que o professor se capacitasse, caso contrário perderia a vaga para outro aspirante ao cargo com o mesmo nível, mas que caíra nas boas graças do vereador. Por isto a educação está ainda engatinhando pois, quando entra um profissional que tenta desenvolver um trabalho razoável o prefeito o despede para ceder o lugar a seus aliados. Isto só demonstra a ingerência político-partidária que vem prejudicando historicamente a educação ,não somente em Abel Figueiredo como também em todo o Brasil .

Estabelecida a política de capacitação, os professores mais comprometidos com a qualidade do ensino submetem-se, após tanto tempo, a sentar-se novamente em um banco de escola, na condição de aluno, durante as férias, em Marabá, para aquisição do grau que lhe dava respaldo para lecionar. Foi assim que muitos professores concluíram o 2º grau viabilizando, enfim, o ingresso na Universidade.

Foi nestas condições que vários professores de Abel Figueiredo, dentre os quais, Sônia Maria Silva, Lione Ferreira dos Santos(co-autoras deste trabalho e concluintes do

Curso de Pedagogia) e Nilsa Brito Ribeiro (coordenadora do Campus de Marabá), ausentavam-se duas vezes por ano, sempre no período das férias escolares para buscarem o aperfeiçoamento necessário ao docente que vê na educação um meio pelo qual a sociedade possa transformar-se, contribuindo para a formação de indivíduos cômnicos da realidade atual.

Para esta finalidade os professores contavam, antes, com o apoio da Prefeitura de São João do Araguaia, que arcava com todas as despesas; depois o Estado ofertava bolsas aos cursistas que deslocavam-se para a capital. Dentro desta política, no ano de 1972, contamos com a colaboração de um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo - USP, integrantes do "Projeto Rondon", que ao pesquisar a Amazônia, constatou a deficiência no que diz respeito à educação e contribuiu, durante mais de dois anos com cursinhos e palestras que auxiliavam ao professor na sua prática docente. Estes cursos orientavam desde a elaboração de plano de aula à relação professor/aluno; relação esta que colocaria o discente em condições de igualdade com o professor, tendo em vista que o professor é um "incentivador ou mediador na busca de seus conhecimentos". (Freire: 1993)

O Projeto Rondon foi um movimento que surgiu em 1967, de um modo espontâneo, apresenta-se não só como força inovadora e integradora da Universidade à realidade do País, mas também como peça estratégica da reforma universitária brasileira. No momento em que se evidencia a defasagem existente no processo de desenvolvimento sócio-econômico do País e a Universidade, provocando sérias distorções surge, fora do seio da própria Universidade, um movimento que viria como fator de integração, inserindo-se na vida universitária brasileira como elemento de dinamização de suas estruturas.

As diversas investidas internacionais no cenário da Organização das Nações Unidas - ONU, consubstanciadas em várias proposta de internacionalização da Amazônia de um lado, a necessidade de formular uma geo-política brasileira norteadora de ocupação rápida de vasto espaços

geográficos vazios de outro, determinaram a escolha do lema "Integrar para não entregar" que, desde os primórdios, norteava toda ação do Projeto Rondon. Este inspirado na figura do bandeirante do século XX, pioneiro da integração nacional, o grande humanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

O Decreto nº 62.927 de 28 de junho de 1968, instituiu em caráter permanente o Grupo de Trabalho "Projeto Rondon" que, no início foi um movimento que contou apenas com esforço de universitários e professores e com a colaboração de alguns órgãos do governo. Em 1970, o Decreto Presidencial de nº 67.505 de 06/11/70, instituiu o Projeto Rondon como órgão de autonomia administrativa, subordinado ao Ministério do Interior. O objetivo do Projeto Rondon é fazer com que o universitário conheça a realidade brasileira, seu costumes, suas esperanças, tentando através deste contato, mostrar que todas as aspirações, podem se transformar em realizações, bastando apenas um encorajamento ou uma redescoberta da potencialidade inerente em cada ser humano. O Projeto Rondon luta por uma maior integração da Universidade Brasileira à realidade do País e visa, antes de tudo a contribuir para acelerar o ritmo de desenvolvimento do Brasil prestando auxílio às carentes e deficientes administrações municipais, na interiorização progressiva de mão-de-obra qualificada, na ajuda do processo educacional nos setores de pesquisa, de experimentação e da técnica, em benefício da agricultura e da pecuária, na criação de hábitos comunitários sadios núcleos populacionais e nos campos de saúde e da assistência social. Estes universitários vinham para a Amazônia na condição de estagiários com as seguintes finalidades: 1- criar condições para tornar mais eficiente a prática de estágios contribuindo, dessa maneira, para a formação de profissionais mais capacitados; 2- proporcionar aos estudantes condições propícias para adequar sua profissão à realidade regional e nacional.

Assim, o Programa Campus Avançado (5), iniciado em 1969, propõe-se a desenvolver atividades referentes à formação sócio-profissional dos estudantes universitários,

vinculadas às necessidades das comunidades interioranas e à participação mais efetiva da Universidade no desenvolvimento nacional. Desta forma, em 15 de novembro de 1971, foi instalado o Campus Avançado de Marabá, que funcionava em convênio assinado entre Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, a Universidade de São Paulo - USP, a Prefeitura Municipal de Marabá, o Governo do Estado do Pará e a Fundação Projeto Rondon, no sentido de oferecer treinamento de professores primários em alfabetização, curso de Educação Física, Metodologia dos Estudos Sociais, Metodologia da Matemática e formação de professores para 5ª e 6ª série, assistência pedagógica à rede escolar dos Municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia e Jacundá.

Do ponto de vista da ação pedagógica enquanto elemento propulsor da transformação social, as atividades daqueles professores já contribuíam para tal, mesmo considerando os aspectos ainda iniciais como por exemplo, a própria visão de sociedade e da própria escola que queremos.

“ A escola deve ser um elo de ligação entre professores, alunos, pais e comunidade, inclusive na elaboração de seus planos de atividades, pois durante muito tempo a educação no Município de Abel Figueiredo foi a alavanca que impulsionou seu desenvolvimento garantindo, desta forma, a permanência de grande parte da população que fixou residência na Vila.” (José Silmar - Funcionário da Fundação Nacional de Saúde - FNS). “Neste sentido, a população de Abel Figueiredo está contemplada, pois dispõe de duas boas escolas e um quadro de profissionais, na sua maioria, habilitado para o exercício do magistério.” (Carlos Alberto Amorim - vereador)

A escola ainda está muito afastada da realidade do educando; ela funciona como se fosse uma instituição isolada, todo-poderosa que só dita regras para o aluno obedecer. A escola não cumpre o seu papel social que é o de inserir-se na comunidade buscando, junto a ela, alternativas para solucionar os problemas do dia a dia, de modo que o aluno perceba que ela é o

espaço onde se troca experiências, se aprende a crescer para a vida; um espaço capaz de proporcionar prazer ao aprender.

... À ESCOLA PÓS 1978

Conforme falamos anteriormente, o final da década de setenta é marcado pela concentração de terras nas mãos de poucos, intensificando o êxodo rural. Aparecem também as serrarias que vieram instalar-se para explorar madeiras de lei como o mogno, cedro manso, ipê, etc. Alguns empregos foram criados em função da indústria madeireira; o comércio local foi se ampliando e boa parte das famílias viam-se obrigadas a mudar de cidade a fim de que seus filhos prosseguissem os estudos. Entretanto, a maioria não realizava este ideal por não ter recursos financeiros para arcar com a mudança nem tampouco custear o estudo de seu filho, vem daí a necessidade de construção de novas escolas que pudessem dar suporte à grande clientela que se encontrava fora da sala de aula.

Foi a partir daí que as lideranças locais recorreram às autoridades municipal e estadual, solicitando a implantação de uma escola de 1º grau. Atendendo à solicitação, em 1978, foi inaugurada a Escola Estadual de 1º grau Prof. Hélio Frota Lima, funcionando inicialmente de 1ª a 6ª série e, posteriormente do pré-escolar à 8ª série. No seu primeiro ano de funcionamento a referida escola atendeu uma média de 378 alunos (Fonte: Secretaria da Escola Estadual Prof. Hélio Frota Lima) e contava com um quadro razoável de professores, sendo alguns, inclusive, com licenciatura plena. Mas este quadro de professores não era fixo, ou seja, muitos foram se mudando havendo, assim, a necessidade de contratar outros professores. Como a Vila não dispunha destes profissionais, tinha que absorver professores leigos (6), mas que portavam uma certa experiência em sala de aula, como exemplo, os professores que já lecionavam na escola municipal.

O quadro de professores de Abel Figueiredo foi aprimorando-se a partir do momento em que os mesmos, durante as férias, deslocavam-se para Marabá ou até mesmo Belém para habilitarem-se a nível de 2º grau. (ver quadro I)

Alguns que já tinham o Magistério, faziam Estudos Adicionais, que habilita o professor a lecionar até a 6ª série do 1º grau. Os cursos eram financiados pela Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, que dava bolsas de estudo para os professores. Cabe aqui ressaltar que o número de vagas para cada Município era limitado e só os professores da Rede Estadual poderiam participar. Aos demais, restava a esperança de um dia fosse implantado o 2º grau no Município, o que viria a realizar os sonhos de tantos alunos que concluíam o curso fundamental e ficavam parados em seus estudos. De acordo com os depoimentos dados por moradores de Abel Figueiredo, a educação no município tem avançado, principalmente devido à construção dos prédios escolares. Aí perguntamos: e o profissional da educação? De que adiantam os prédios, se lá não é oferecido um ensino de qualidade? Uma educação de qualidade não pode ser traduzida, apenas, por número de escolas. Para reverter o quadro dramático do Sistema Educacional, significa antes de mais nada, cumprir os preceitos constitucionais de garantia do ensino de 1º grau, de modo a possibilitar a formação de cidadãos capazes de participarem da vida social, política e econômica da sociedade. É por isso, que é necessário investir na capacitação permanente de todos os professores, para que estes possam desenvolver conjuntamente um trabalho que venha contribuir na formação de seus alunos para a cidadania.

É necessário investir na preparação do professor reciclando-o e modernizando as escolas na área de informática, recursos didáticos, criação de clubes de ciências, bibliotecas à altura, e o docente assumir o papel de orientador do ensino, deixando que o aluno pesquise e faça suas próprias descobertas." (Teresa F. Pinto - diretora da Escola Estadual Hélio Frota Lima),

Assim que a escola foi inaugurada em 1978, a direção desta preocupou-se em realizar um trabalho de Orientação Pedagógica com os professores, isto não estava fundamentado em

nenhum projeto; foi apenas uma das tantas ações isoladas promovida pela escola, objetivando oferecer embasamento ao professor para desenvolver de modo eficaz a sua prática docente. Como não tivesse pessoal habilitado para exercer tal função, foi indicada a professora Edinalva Liane Freitas de Brito, com bastante experiência em sala de aula, passou a reunir-se com os professores, mensalmente, no sentido de discutir e apresentar sugestões de como desenvolver as atividades propostas no livro do mestre, buscando uma maior interação do aluno com o professor. As orientações eram dadas principalmente para o professores de 1ª a 4ª série.

Em parte o trabalho desenvolvido foi muito proveitoso, haja vista que auxiliou bastante àqueles que queriam melhorar o seu cotidiano escolar e viam este como um referencial de análise na seleção dos conteúdos, objetivos propostos, enfim, da sua atuação enquanto professor na sala de aula.

Para preencher a lacuna deixada após a conclusão do ensino fundamental, a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC- implantou, em 1984, o 2º grau, com habilitação em magistério, através do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME; um sistema oriundo do Estado do Pará, que facilita o estudo do 2º grau nos lugares onde não existem escolas secundárias. O SOME utiliza um sistema de rodízio dos professores das disciplinas que lecionam por grupo, de modo que durante o ano, alunos de 04 (quatro) Municípios, que compõem o circuito, tenham aulas de todas as disciplinas. Os professores do referido Sistema são habilitados (Licenciatura Plena) e residem em Belém capital do Estado. Além dos seus vencimentos recebem uma ajuda de custo do Estado adicionada à moradia e alimentação das Prefeituras Municipais.

Considerando que o Município não possui recursos humanos habilitados; a clientela disponível ao 2º grau, que é bem pequena (cerca de 200 alunos); o acervo bibliográfico existente nas escolas e na biblioteca municipal, é insuficiente não proporcionando ao aluno aprofundar o saber elaborado, é que por

isto e ainda assim, a comunidade se sente contemplada com o SOME, pois é consciente que a implantação de um curso de 2º grau de caráter regular, que ofereça mais opções de cursos é inviável, dadas as circunstâncias.

QUADRO I

**QUADRO DO PERFIL DOS DOCENTES DO
MUNICÍPIO DE ABEL FIGUEIREDO
1980 - 1995**

GRAU DE ESCOLARIDADE	A N O S			
	1980	1985	1990	1995
1º GRAU INCOMPLETO	04	04	02	02
1º GRAU COMPLETO	11	10	06	03
2º GRAU INCOMPLETO	02	06	10	19
2º COMPLETO	09	12	20	40
3º GRAU INCOMPLETO	-	01	01	06
3º GRAU LICENCIATURA CURTA	-	01	01	06
3º GRAU LICENCIATURA PLENA	04	01	-	02
TOTAL	30	35	40	78

Fonte: Secretaria da Escola Estadual de 1º grau Prof. Hélio Frota Lima.

Analisando o quadro acima, verificamos que a partir de 1990, os professores do Município de Abel Figueiredo têm buscado a qualificação necessária para uma melhor atuação nos campos profissional e pessoal. Verificamos, ainda, que houve um decréscimo do pessoal que porta Licenciatura Plena.

A EDUCAÇÃO EM ABEL FIGUEIREDO AÓS A EMANCIPAÇÃO

Com a emancipação do Município de Abel Figueiredo, através do Decreto-Lei nº 5708/91, a educação ganha espaço e se expande, isto se deve às propostas educacionais contidas no Plano Decenal de Educação Para Todos e Por Todos, do Município de Abel Figueiredo que foi elaborado com a participação da comunidade, tornando-se um incentivo para toda a população da cidade. Através destes incentivos, a clientela está sendo beneficiada com a merenda escolar que chega à escola e é distribuída a contento. Os professores do SOME também são contemplados, pois a Prefeitura arca com sua alimentação e moradia, fazendo com que eles se sintam motivados a se deslocarem de Belém para Abel Figueiredo.

O Plano Decenal de Educação para Todos e por Todos foi inspirado no Plano Decenal de Educação para Todos que foi concebido e elaborado para ser um instrumento-guia na luta pela recuperação da educação básica no País (Carta do Ministro da Educação Murilo Hingel aos professores e dirigentes escolares, maio, 1994), e que tem como principal objetivo *“satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem que consiste em compreender tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem quanto os conteúdos básicos da aprendizagem.”* Isto significa que estes *“elementos são necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade...”* (Ministério da Educação, 1993: 73)

Nestes últimos três anos, a Secretaria tem procurado desenvolver um trabalho voltado para a ampliação e melhoria do ensino. Em 1992, quando ainda pertencia ao Município de Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo contava, na área rural, com 125 alunos, atualmente conta com 243, isto significa um crescimento de 94.4% ; já na zona urbana, após a

emancipação e com a ampliação de duas novas escolas, mais 255 crianças puderam ter acesso à educação (Fonte: SEMEC, Abel Figueiredo), Conforme quadro II a seguir. Porém ainda existe um número muito grande de crianças em idade escolar fora da sala de aula, isto ainda ocorre pelo fato de que muitas delas trabalham para sobreviver, pois os pais não têm condições financeiras para mantê-las estudando. Outras não freqüentam a escola por esta não constituir-se em um espaço agradável que lhes proporcione condições favoráveis ao seu desenvolvimento psico-social não estabelecendo uma relação entre o mundo e a sua própria realidade. A escola não desperta nas crianças o interesse pela cultura (manifestações artísticas, crenças e costumes), bem como momentos de lazer.

QUADRO II**QUADRO DO NÚMERO DE ALUNOS DO MUNICÍPIO
DE ABEL FIGUEIREDO**

1975 - 1995

1975	1980	1985	1990	1995
381	866	1.218	1.329	1.934

- Fontes: - Secretaria da Escola Estadual de 1º Grau Hélio F. Lima;
- Secretaria da Escola Municipal Alacid da Silva Nunes;
- Creche Meu Pequeno Paraíso;
- Clube de Mães Casinha Feliz;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Observando o quadro, percebemos que o número de alunos do Município de Abel Figueiredo tem aumentado consideravelmente, a partir de 1975.

“ É meta da Secretaria Municipal de Educação extinguir o professor leigo do quadro municipal e estadual” - afirma o Prof. Joseilson Costa de Meireles, Secretário Municipal de Educação. Para Isto, implantou-se em julho de 1993, o Projeto Gavião, que funciona nos períodos de férias escolares. Seu alvo são, principalmente, os professores da zona rural, visto a dificuldade de deslocamento destes para as localidades onde funcionam os cursos regulares.

O Projeto Gavião, com inspiração no Projeto de Interiorização da UFPA - Universidade Federal do Pará e em um Projeto que funciona no Estado do Maranhão, estende-se a instâncias menores como as escolas de 1º e 2º graus, em Projeto elaborado pelo Prof. Davi Amorim Sá, em convênio com a UFPA e a SEDUC, para habilitar os professores que estão na sala de aula sem a devida habilitação.

Sabemos que no interior do Estado do Pará a carência de material humano capacitado extrapola todas as estatísticas; há professores que portam apenas o 1º grau “formando” indivíduos. Por isto o Projeto Gavião desdobra-se em duas vertentes: Gavião I, que completa o primeiro grau e Gavião II, que prima pelo complemento do segundo grau. Este Projeto foi colocado em prática no Município de Abel Figueiredo por iniciativas do então Secretário, para que, perante a Lei, os professores tenham o título que lhes darão respaldo para atuarem como professores mais preparados profissionalmente e melhor remunerados para que tenham o mínimo de condição de exercerem a sua profissão.

Porém, só o título de professor, adquirido muitas vezes de forma irregular não é suficiente para que se forme profissionais competentes. É necessário que o educador tenha compromisso e consciência da sua responsabilidade como tal e busque reciclar-se sempre, inteirando-se das mudanças que ocorrem no campo educacional para fazer jus a este título. Assim, certamente ele conduzirá de modo satisfatório o seu trabalho orientando o aluno no seu desenvolvimento multidimensional.

Cabe ainda ressaltar que o Projeto Gavião ora enfrenta algumas dificuldades para a sua continuidade no Município, pois os professores de Marabá que são convidados para ministrarem aulas, estão comprometidos com o "Campus" que funciona também no período de férias e sempre há incompatibilidade no calendário.

"As idéias e propostas valem o quanto pesam. No mundo moderno, a educação, em sentido amplo de capacidade de aprender a aprender e de constantemente reciclar-se, tende a ser o patrimônio mais estratégico da pessoa e da sociedade, principalmente em termos de oportunidade de desenvolvimento. Dito de outra maneira, educação é o fator que moderniza mais e melhor, porque é capaz de conjugar o avanço com os patrimônios culturais, ou de postar o homem como sujeito de sua própria modernidade". (Habermas, 1990, in Pedro Demo, 1993: 10)

Assim acreditamos que a educação é um dos mecanismos que possibilitam ao homem um maior domínio para compreender melhor o estar no mundo enquanto Sujeito capaz de refletir e decidir sobre suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que são colocados hoje para que os Municípios possam construir um Planejamento Educacional são imensos, uma vez que os recursos destinados à educação são cada vez menores e a falta de motivação por parte dos profissionais da educação é cada vez mais visível, tendo em vista os baixos salários que são pagos e, sobretudo, pelas condições de formação e capacitação que lhes são negadas. Neste sentido é preciso resgatar alguns pontos fundamentais para que possamos construir uma educação pública de qualidade, resguardando a todos o acesso à escola. Não é nossa pretensão dar uma receita de como elaborar um Projeto Pedagógico mas sim despertar a comunidade escolar apresentando alguns pontos que consideramos de fundamental importância para a melhoria da educação no Município.

- 1- Faz-se mister estabelecer uma política educacional clara e capaz de ser colocada em prática, visando tão somente a educação em si, isto é, uma política que valorize o professor, desvinculando-a da política partidária;
- 2- Priorizar uma proposta pedagógica elaborada pela comunidade escolar no que tange, principalmente à seleção de conteúdos. A discussão acerca do assunto está, atualmente, pautada na realidade do educando. É preciso extrair dela temas concretos que fazem parte do seu cotidiano, com aplicabilidade na vida prática;
- 3- Equipar as escolas com material que facilite a aprendizagem do educando; não necessariamente aparelhos sofisticados, mas material disponível na própria comunidade e que os alunos podem confeccionar, como por exemplo: bonecos feitos com sucata (rolinho de papel higiênico, copos descartáveis, retalhos etc), usados na dramatização de histórias. Enquanto o aluno confecciona seu material desenvolve várias habilidades inerentes à aprendizagem, tais como: coordenação motora grossa e fina,

noção de espaço, linguagem oral e outras e, desta forma, a aula se torna muito mais dinâmica e agradável;

4- Promover encontros mensalmente, para que os professores possam discutir, dar e receber sugestões concernentes a sua prática docente. O Professor deve estar aberto a críticas que contribuam para o seu crescimento profissional e devem ser contados como dias letivos, pois são atividades realizadas no âmbito escolar com vista a sua práxis;

5- Considerando a escola como espaço democrático, se faz necessário a criação de Associação de Pais e Mestres uma vez que estes só se dirigem a ela quando são convocados para assinarem os boletins dos seus filhos ou quando estes desacatam a autoridade do professor ou do diretor. É importante que os pais tenham participação no processo ensino-aprendizagem dos alunos, como por exemplo dar sugestões para elaboração de planos cujos conteúdos serão trabalhados nas escolas, o que facilita o acompanhamento do desenvolvimento do professor em sala de aula;

6- Possibilitar a criação de uma Equipe de Orientação Pedagógica, composta de representantes de todas as escolas do Município para, junto aos demais professores, refletir e tentar buscar soluções para os problemas advindos da educação; oferecer subsídios que ajude o professor na sua prática diária e, que vislumbre a elaboração de um Projeto Pedagógico, que vise a melhoria do ensino em Abel Figueiredo;

7- Dar especial atenção ao pré-escolar já que é neste período que a criança desenvolve habilidades para a leitura e a escrita. É neste estágio também que a criança *"consolidou uma vasta série de efeitos e está à beira de um novo conjunto de descoberta... a criança passa do nível pré-operacional para o das operações concretas, são dominadas as novas habilidades de classificação e seriação e a reversibilidade é compreendida. As operações básicas, como adição, subtração e multiplicação são dominadas de uma forma preliminar..."* (Bee, 1977: 251)

Portanto, a escola e, principalmente, o professor deve estar atento e saber identificar estas mudanças para elaborar as atividades corretas na medida certa, do contrário será o único responsável pelo estigma de “aluno fraco” que ele carregará por toda a sua vida.

ANEXOS

ANEXO I

PROPOSTAS E METAS PARA O PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS E POR TODOS DO MUNICÍPIO DE ABEL FIGUEIREDO

AÇÕES E COMPROMISSOS DE EDUCAÇÃO PARA TODOS E POR TODOS.

Tendo por meta suprir as deficiências do ensino fundamental do Município de Abel Figueiredo - Pa, propomos:

- Implementação de uma política educacional com a participação conjunta de toda comunidade escolar, visando alcançar uma educação transformadora, consciente que os êxitos da educação se refletem no exercício da cidadania.

I - Através de seminários, debates e troca de experiência, institucionalizar o FPE - Fórum Permanente de Educação do Município de Abel Figueiredo, com as seguintes finalidades:

- a) avaliar, planejar a educação no Município a cada ano;
- b) promover debates, seminários e cursos de acordo com as necessidades detectadas em cada momento;
- c) discutir e elaborar calendário e programas pedagógicos adequando-os às peculiaridades e potencialidades específicas local e regional.

I.1 - Formação do FPE - o Fórum Permanente de Educação Municipal deve ser formado pela participação equitativa de representantes da comunidade escolar e organismos da sociedade civil que se dispuserem a contribuir com o desenvolvimento da educação no Município.

II - Criação do Conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Escolares;

III - Criação de Projeto de parceria SEMEC/SEDUC na administração do ensino fundamental e 2º grau, propondo ao Estado competir a remuneração dos profissionais da educação de 1º e 2º graus a serviços de escolas municipais e estaduais e material didático necessários e suficientes à demanda do 2º grau; repassar ao Município recursos para a municipalização da alimentação escolar de 65% do número de alunos freqüentes em escolas de competência de ambos. Ao Município cabe assumir com recursos próprios a suplementação do restante do percentual; utilizar de programas de hortas escolares e comunitárias a fim de produzir alimentos de menores custos, melhor qualidade, assim como dar ocupação aos alunos ociosos;

IV- Criação, a curto prazo, do Fundo Municipal de Educação, com garantia de responsabilidade de aplicação eficiente, atendendo às definições constitucionais, assim como em programas que venha durante os dez próximos anos vindouros, suprir os déficits do ensino;

V - Oportunizar a autonomia organizativa e didático-pedagógica, proporcionando inovações no contexto das unidades escolares;

VI - Garantia de reciclagem aos profissionais da educação objetivando a melhoria e qualificação do ensino, proporcionando além de programas de formação permanentes, remuneração digna pelo desempenho da função, capaz de suprir as necessidades básicas de cada profissional e dependente, além do suficiente para não forçá-lo a acumular funções, porém desempenhar com eficiência e dedicação a carga horária lotada;

VII - Garantia de veículo de transporte na zona rural para professores e alunos de consideráveis distâncias de

deslocamento para a escola, nos casos de difíceis acessos a veículos motorizados, adotar transporte de tração animal;

VIII - Assegurar a gratuidade a todos os graus de ensino ministrados no Município;

IX - Dar continuidade ao ensino supletivo, assegurando aos adolescentes e adultos a suprir a escolarização não adquirida na idade própria ou mesmo quando na idade, conciliar o horário de trabalho e de estudo, permitindo-o qualificação profissional;

X - Propiciar ambientes adequados à boa aprendizagem e satisfação de todas as necessidades do educando e educador, através da reforma, ampliação e aparelhamento das unidades escolares, conforme as demandas anuais das creches, pré-escolas, ensino fundamental e 2º grau;

XI - Implantação de curso profissionalizante em atenção às exigências reais de cada ano, dos dez anos vindouros;

XII - Visita contínua de técnicos pedagógicos em acompanhamento ao ensino na zona rural;

XIII - Extensão do ensino de 1º grau (5ª a 8ª série) à zona rural através do ensino supletivo e/ou cursos por etapas, deslocando o professor às regiões rurais.

- ANEXO - II

MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM PAIS

01 - Qual o seu nome?

02 - Qual a sua profissão?

03 - Ha quantos anos mora em Abel Figueiredo?

04 - O que o Sr. pôde constatar de avanço na educação em Abel Figueiredo a partir da década de setenta?

05 - A escola tem contribuído para que seu filho pudesse desenvolver-se como pessoa? De que maneira?

06 - A escola contribuiu para o bom relacionamento em relação à família?

07 - No seu ponto de vista como deve ser a escola?

08 - O que mudou na educação após a emancipação de Abel Figueiredo?

09 - A educação contribui para o desenvolvimento de uma cidade?

10 - Qual a influência que a educação exerce sobre as pessoas?

11 - Quais as contribuições que os pais devem dar para que a escola seja um espaço de troca de experiências?

ANEXO III

MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM ALUNOS DE ABEL FIGUEIREDO

- 01 - Qual é o seu nome?
- 02 - Qual a sua profissão
- 03 - Como você acha que deve ser escola?
- 04 - A educação tem contribuído para o seu crescimento pessoal?
- 05 - Você está satisfeito com a educação que tem?
- 06 - Que tipo de educação você gostaria de ter?
- 07 - Como você vê a educação em Abel Figueiredo hoje?
- 08 - Você acha que a educação ajuda o aluno a crescer para a vida? Por quê?
- 09 - Em quais aspectos a escola tem contribuído para melhorar a sua vida?

ANEXO IV -**MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORES DE ABEL FIGUEIREDO**

- 01 - Qual é o seu nome?
- 02 - Qual é a sua profissão?
- 03 - A prática do professor tem contribuído para um maior avanço da educação?
- 04 - Como deve ser a prática do professor comprometido com a educação transformadora?
- 05 - Qual a influência que a educação exerce sobre as pessoas?
- 06 - Quais as contribuições que os pais podem dar para que a escola seja um espaço de troca de experiência?
- 07 - Qual seria a atitude de um professor que deseja uma educação de qualidade?
- 08 - Qual deve ser o papel do professor no processo ensino-aprendizagem?
- 09 - O que mudou na educação de Abel Figueiredo após a emancipação?

ANEXO - V**MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM
DIRETORES DE ABEL FIGUEIREDO**

- 01 - Qual é seu nome?
- 02 - Qual a sua profissão?
- 03 - Qual a função que exerce na escola?
- 04 - O pode detectar, a nível de crescimento na educação de Abel Figueiredo, a partir da década de 70?
- 05 - Atualmente, a educação tem correspondido às expectativas da comunidade escolar?
- 06 - Qual a sua proposta para que se tenha uma educação de qualidade?
- 07 - A escola proporciona ao professor meios para que ele busque algo mais à sua formação profissional?
- 08 - Os professores de sua escola são realmente comprometidos com a educação? Como você verifica isso?

ANEXO VI

LISTA DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

NOME	PROFISSÃO	DATA
Zenólia Leite da Silva	Professora	27/05/95
Evanes Leite da Silva	Professora	27/05/95
Helena Ramos Pereira	Professora	27/05/95
Dolores Menezes Pereira	Professora	27/05/95
Audaluce Guimarães de Meireles	Professora	27/05/95
Ivani Mateus Amorim	Professora	27/05/95
Neusa Ramos Pereira	Professora	20/10/95
Teresa Francisco Pinto	Professora/ Dir.	20/10/95
Luzia Jacinto da Silva	Professora	20/10/95
Sidnalva da Silva Gomes	Professora	20/10/95
Odeildes dos Santos Galacho	Professora	20/10/95
Idália Silvana L. Pinheiro	Professora	20/10/95
Sônia Maria Silva	Professora	20/10/95
Genira Lucas dos Santos	Professora	20/10/95
Mª Aparecida dos S. Pessoa	Professora	27/05/95
Janete Abade Mangueira	Professora	20/10/95
Magnólia Nunes dos Santos	Professora	20/10/95
Joseilson Costa de Meireles	Professor/ Sec.	20/10/95
Vera Lúcia dos Santos	Professora	20/10/95
Elson Barbosa de Sousa	Estudante	27/05/95
Alessandra Souza e Silva	Estudante	20/10/95
Neumarck Francisco Ramos	Estudante	20/10/95
Vanessa Santos Silva	Estudante	20/10/95
Niramar Rodrigues Lima	Estudante	20/10/95
Jacielle da Silva Santos	Estudante	20/10/95
Valdimara Dias da Silva	Estudante	20/10/95
Vilma Medeiros de Azevedo	Estudante	20/10/95
Mª de Jesus Oliveira	Estudante	20/10/95
Josilda Sousa Lima	Estudante	21/10/95
Sebastiana Magalhães Viana	Servente/Mãe	26/05/95
Gilson Alexandrino da Costa	Vereador/Pai	28/05/95
Laurinda B. Santana	Doméstica/Mãe	26/05/95
Carlos A. B. de Amorim	Vereador/Pai	27/05/95
Silvaneto F. Mangueira	Vereador/Pai	27/05/95
José Silmar B. Moreira	Estudante/Pai	27/05/95
Ezídio Maltarollo	Industrial/Pai	27/05/95
Nilza Mendes Pessoa	Servente/Mãe	20/10/95
Edinalva Liane F. de Brito	Professora	05/11/95

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1- BEE, Helen: A Criança em Desenvolvimento. São Paulo: Ed. Harper e Bow do Brasil, 1977.
- 2- DEMO, Pedro: Desafios Modernos da Educação. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- 3- FREIRE, Paulo: Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- 4- _____: Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1993
- 5- FREITAG, Bárbara: Escola, Estado e Sociedade. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- 6- _____: Política Educacional e Indústria Cultural. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- 7- MANGUEIRA, Silvaneto Ferraz (Coord.): Estatística. Abel Figueiredo: 1992.
- 8- MEC: Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: 1993
- 9- MEIRELES, Joseilson Costa de: A Redivisão Municipal e a Reorganização de Abel Figueiredo - Pa - Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Marabá: 1992.
- 10- OLIVEIRA, Judit Pinheiro de: O Surgimento de Núcleos Populacionais na Fronteira Amazônica: O Caso Abel Figueiredo - Pa - Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Marabá: 1992.
- 11- PROJETO Rondon e sua dimensão atual. Ministério do Interior, Coordenação Geral do Projeto Rondon. Brasília: Minas Gráfica Editora Ltda, 1974

- 12- ROMANELLI, Otaíza O: História da Educação Brasileira. 12ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.
- 13- ROQUE, Carlos: História dos Municípios do Pará. A Província do Pará. Belém, 28 de março de 1994: 213.
- 14- SANTOS, Vilmar Ferreira dos: 5.692/71 - A Aplicabilidade da Lei de Diretrizes e Bases - Um Traçado Sociológico. Marabá: 1993.
- 15- SECRETARIA Municipal de Educação e Cultura: Plano Decenal de Educação para Todos e por Todos. Abel Figueiredo: 1994.

GLOSSÁRIO

- 1- Trabalhador que mora na fazenda do patrão e recebe um pedaço de terra para produzir o seu sustento;
- 2-Extensão de terra correspondente a 600 alqueires ou 3.000 ha;
- 3 - Construção mista de lascas de madeira, amarradas com cipós, distantes umas das outras e enchidas de barro;
- 4 - Pedaço de madeira usado em coberturas de casas;
- 5 - Extensão da Universidade que atua fora de sua área geoe educacional;
- 6 - Pessoa que desenvolve atividades de professor, sem a devida habilitação;